



ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ (CBH-PCJ), DE 10/12/2003

Aos 10 dias do mês de dezembro de 2003, no Salão da Escola Municipal “João Orsi de Moraes”, em Extrema - MG, realizou-se a 20.ª Reunião Ordinária do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (CBH-PCJ) conjuntamente à 2.ª Reunião Ordinária do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, criado por meio de Decreto do Presidente da República de 20 de maio de 2002, conforme termos da Lei Federal 9.433/97, ora designado por PCJ FEDERAL, registrando-se a participação de cerca de 120 pessoas, entre representantes dos Municípios, da Sociedade Civil, dos usuários de recursos hídricos, dos Governos dos Estados de São Paulo e Minas Gerais e do Governo Federal, conforme lista de presença anexa, e público em geral, registrado em livro próprio. **1. Composição da mesa dirigente:** Após a recepção aos presentes, a mesa dirigente dos trabalhos foi composta conforme segue: Rui Brasil Assis – Coordenador de Recursos Hídricos da Secretaria Estadual (SP) de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento - SERHS; Cláudio Antônio de Mauro - prefeito de Rio Claro e presidente dos Comitês PCJ; Eduardo Lovo Paschoalotti – representante da ÚNICA e vice-presidente dos Comitês PCJ; Luiz Roberto Moretti – Diretor da Diretoria da Bacia do Médio Tietê do DAEE e Secretário-executivo dos Comitês PCJ; Luiz Carlos Bergamin, Prefeito Municipal de Extrema e 2º vice-presidente do PCJ FEDERAL; Félix Domingues, representante da Agência Nacional de Águas; José Roberto Fumach, prefeito de Itatiba e presidente do Consórcio PCJ. **2. Abertura:** Dando início à reunião, o sr. Cláudio Antônio de Mauro, presidente dos Comitês PCJ, cumprimentou e agradeceu a presença de todos e agradeceu ao Prefeito de Extrema - MG, anfitrião dessa reunião, pela cessão das dependências e convidou a todos para ouvirem e cantarem o Hino Nacional Brasileiro. **3. Manifestação das Autoridades:** Em seguida, passou a palavra para o Prefeito Municipal de Extrema – MG, Luiz Carlos Bergamin, que cumprimentou a todos e manifestou desejo que os trabalhos sejam produtivos e que a reunião transcorra da melhor maneira possível, visando aos interesses da melhoria da qualidade de vida em nossa região. Explicou que, quando fala em interesse e melhoria de qualidade de vida, o que interessa à Extrema é o Rio Jaguari, principal curso de água que corta o município em toda a sua extensão. Declarou que, felizmente, ele abastece toda a zona urbana do município e, infelizmente, ele recebe todo esgoto ainda não tratado. Mencionou que esse rio é o principal contribuinte do Sistema Cantareira, que abastece 9 milhões de habitantes em São Paulo, e é o principal contribuinte na formação do Rio Piracicaba. Mencionou que Extrema investiu, em 2003, cerca de R\$ 300 mil, no projeto de Estação de Tratamento de Esgotos, que está na fase de licenciamento e que adquiriu uma área de 9.000 m2 para a instalação da ETE, e também, construiu 1.000 metros de emissários por toda a zona urbana do município de Extrema. Com a palavra, Félix Domingues, representante da Agência Nacional de Águas - ANA, cumprimentou a todos e informou que

está representando o presidente da Agência Nacional de Águas, Jerson Kelman, que apresentou ontem, ao Presidente Cláudio de Mauro a sua justificativa de ausência. Informou que o presidente Jerson Kelman está, neste momento, tratando de dois assuntos importantíssimos para a questão de recursos hídricos. Informou que, juntamente com a Ministra Marina Silva, participa de uma reunião com o sr. Luiz Alberto, subchefe da Casa Civil, onde está discutindo a questão das Agências de Bacias. Mencionou que este é um aspecto muito importante que precisa ser equacionado junto ao atual governo, pois já existe um Comitê Federal que instalou a cobrança, a do rio Paraíba do Sul; foi constituído o Comitê PCJ FEDERAL, e outros Comitês estão se formando, havendo a necessidade do governo definir o formato jurídico das Agências de Bacias. Uma outra questão, informada é que estará sendo tratada, na tarde de hoje, a questão da cobrança pelo uso dos recursos hídricos. Informou que face aos esforços muito grandes, no Paraíba do Sul, conseguiu-se implantar a cobrança, mas devido a problemas legais, burocráticos, os recursos, apesar de terem sido recolhidos pelo estado, oriundos de contribuição voluntária dos usuários, foram contingenciados. Mencionou que está havendo entendimento da ANA com o Ministro da Fazenda e com o deputado Jorge Bittar, que é o relator da lei do orçamento anual, para se criar uma fonte nova, não contingenciável, pois a cobrança é uma receita que não existiria se não fosse a vontade da sociedade. Mencionou que a ANA assumiu um compromisso com o Comitê da Bacia do Paraíba do Sul, no qual os recursos que foram contingenciados, a ANA retirará recursos do seu orçamento ordinário e repassará o mesmo montante que foi arrecadado naquela bacia, quase que diariamente, para que o Comitê possa aplicar no seu plano de investimentos. Com a palavra, José Roberto Fumach, presidente do Consórcio PCJ, cumprimentou a todos e informou que na última reunião do Consórcio, foram bastante debatidos assuntos cujas considerações estão sendo trazidas aqui, tais como, a estiagem 2004. Informou que foi criado um Comitê de Gestão Compartilhada do Sistema Cantareira e na última reunião do Consórcio foi deliberado que se fizesse um calendário para a discussão desses assuntos. Informou que o documento foi entregue, em mãos, ao presidente dos Comitês PCJ, com uma proposta de calendário que servirá de subsídios para a discussão dos assuntos de hoje. Informou que o Consórcio tem debatido muito sobre os financiamentos com o BNDES, para a despoluição dessas bacias. Existe um protocolo de intenções e uma carta de crédito para o Consórcio, faltando alavancar os dados técnicos, para o BNDS, por meio da ANA, assumir esse compromisso de fazer um modelo de despoluição numa bacia. A proposta já foi apresentada ao Secretário Nacional dos Recursos Hídricos, João Bosco Senra, que apreciou e gostou da idéia. Com a palavra, Cláudio Antônio de Mauro, agradeceu a todas as manifestações em favor dos nossos Comitês e passou para os informes. **4. Informes da Presidência:** o sr. Cláudio de Mauro, agradeceu ao Consórcio PCJ, na pessoa do seu presidente, por dois



ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ (CBH-PCJ), DE 10/12/2003

motivos: primeiro pelo fato de que o Consórcio, durante as discussões que o presidente dos Comitês tem participado sobre a cobrança pelo uso da água no Estado de São Paulo, tem oferecido respaldo técnico e um acompanhamento que merece a nossa consideração e o nosso agradecimento. Outro agradecimento que fez foi pela reunião acontecida em Louveira, na última, sexta-feira, onde o Consórcio PCJ aprovou, por unanimidade, o apoio ao posicionamento que o Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá tem tido na questão do tratamento da questão da cobrança pelo uso da água em discussão no Estado de São Paulo. Informou que, quanto à proposta de calendário para a discussão da estiagem 2004, a mesma será encaminhada para as câmaras técnicas específicas apreciarem. Agradeceu a todos pelo empenho que tiveram durante a realização da semana de comemoração dos 10 anos do CBH-PCJ, em Piracicaba, onde as câmaras técnicas organizaram debates com ampla participação e nível muito elevado de qualidade nas discussões. Informou que naquela semana foi aberta uma exposição fotográfica que está disponível para circular nos municípios das Bacias PCJ, com material de altíssima qualidade e foi feito o lançamento do livro “Água”, que relata os 10 anos do CBH-PCJ. Em seguida passou para a apresentação sobre a Campanha da Fraternidade de 2004, que será feita pelos representantes da Diocese de Campinas, mostrando o seu plano de trabalho, uma vez que a Campanha está voltada para a questão da água. Deixou claro que não se trata de um apoio à instituição religiosa e sim a um setor da sociedade, tão expressivo e importante, que desencadeou o procedimento da Campanha da Fraternidade, tendo a água como ponto de reflexão e que envolverá milhões de pessoas. Mencionou que o Comitê tem a obrigação de ouvir, de contribuir e de se oferecer para tudo aquilo que a Campanha da Fraternidade desencadear no Estado de São Paulo, ou fora dele, como instituição, colocando-se à disposição para colaborar, oferecendo dados, participando de reuniões, discutindo temas e colaborando naquilo que for considerado como necessário. Informou que a Campanha da Fraternidade 2004 lançou um livro, que é o seu texto base, denominado “Água fonte de vida”, que faz uma discussão séria a respeito dos problemas e do tema água, e que na página 53 desse livro é citado o Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, com destaque. Em seguida solicitou a inclusão de um item na pauta sobre a “Cobrança pelo Uso da Água – PL 676”, por terem surgido informações, após o envio da convocação. Sem manifestações foi colocada em votação a inclusão do item de pauta, conforme item 3, sendo a inclusão aprovada com abstenção de voto do Sindicato Rural de Campinas. **5. Apresentações sobre a Campanha da Fraternidade:** com a palavra, Luiz Roberto Moretti, fez o convite à sra. Neuza Lopes, Coordenadora Arquidiocesana da Campanha da Fraternidade 2004, e à Profª. Emilia Rutkowisk, do Laboratório de Fluxos do Departamento de Saneamento em Meio Ambiente de Engenharia Civil da UNICAMP, para que iniciassem as suas

apresentações. **5.1. Histórico da Campanha da Fraternidade:** a sra. Neuza Lopes cumprimentou a todos e iniciou falando que a Campanha da Fraternidade é uma campanha da igreja católica, mas ela é, desde o ano 2000, ecumênica e que, no ano de 2005, novamente, ela não será feita só pela igreja católica e, sim, pelo CONIC - Conjunto da Igrejas Cristãs do Brasil. Mencionou que na época da quaresma, que para os católicos é um tempo em que se pára para rezar e refletir em torno de algum tema que está fazendo com que o reino de Deus não seja para todos. Informou que a primeira vez que a Campanha foi feita, foi porque o organismo da igreja brasileira, que se chama CARITAS, que trabalha com a parte social da igreja, dando assistência, estava precisando de dinheiro. Com a época da quaresma, pensou-se em refletir um tema, tentando mostrar para a igreja que essas pessoas estavam precisando de ajuda financeira, nascendo a primeira campanha, que foi muito bem sucedida. Informou que no 2º ano, 15 outras dioceses da região Norte quiseram participar, percebendo que não era a parte financeira da campanha o mais importante, mas a reflexão que ela propiciava e a mudança de comportamento que se tinha depois de refletir determinado tema. Esclareceu que a nível de Brasil, ela começou em 1964. Portanto, a Campanha da Fraternidade está completando 40 anos e este ano será refletido o tema “água”. Explicou que a Campanha é uma ação evangelizadora, ou seja, ela provoca, simultaneamente, a renovação da vida da igreja, a transformação da sociedade e, com tudo isso, a felicidade de todos e a vida em abundância para todos. Explicou seus objetivos permanentes, que a Campanha é organizada pela CNBB - Conselho Nacional dos Bispos do Brasil. Explicou a forma de organização junto à CNBB, e que o Estado de São Paulo, dentro da igreja do Brasil, é chamado de Regional Sul 1. Mostrou a localização, em mapas, de todas as regionais, nomeando cada uma delas. Explicou que na 2ª fase das Campanhas, se preocupou com as pessoas que estão dentro dessa igreja, e tentou fazer com que eles se sentissem responsáveis uns pelos outros, passando a se preocupar com a realidade social do povo. Mencionou que em 2000, ocorreu a 1ª campanha ecumênica. Informou que já se falou sobre drogas, sobre os indígenas, sobre o problema dos idosos, e no ano de 2004, será tratado do tema água. Informou que os objetivos dessa Campanha, são: a) conscientizar a sociedade que a água é fonte da vida, uma necessidade de todos os seres vivos e um direito da pessoa humana; b) mobilizar a sociedade para que este direito à água, com qualidade, seja efetivado para as gerações presentes e futuras; c) conhecer a realidade hídrica do Brasil, a partir da realidade de cada um; d) desenvolver uma mística ecológica que resgate o valor da água nos seus fundamentos mais profundos; e) apoiar e valorizar as iniciativas já existentes, no tocante ao cuidado com a água; f) preservar as águas; g) captar água de chuva; h) recuperar os mananciais degradados; i) provocar e alimentar a solidariedade entre quem tem água e quem não tem; j) defender a participação popular na elaboração de uma política hídrica, para que a água seja,



ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ (CBH-PCJ), DE 10/12/2003

de fato, de domínio público e gerenciada pelo poder público, com a participação da sociedade civil e da comunidade. Informou que, como organizadores não têm conhecimento técnico sobre a água, recorreram ao sr. Régis Maciel, à sra. Emília Rutkowisk e ao sr. Armando Gallo, da SANASA, para que os ajudassem. Foi solicitado, em nome da equipe da Campanha da Fraternidade da Arquidiocese de Campinas, que cada um dos presentes, que já são apaixonados por lutar pela água, por fazer com que ela seja de todos, e que os ajudem nessa Campanha. **5.2. Campanha da Fraternidade – principais atividades da Campanha:** com a palavra a sra. Emília Rutkowisk, da UNICAMP, informou que existe todo um cronograma que será divulgado a todos. Informou quais são as atividades que já estão sendo desenvolvidas por Campinas e que há um Fundo Nacional da Solidariedade, para a distribuição de dinheiro, que trabalha com a questão do gesto fraterno e direcionado, principalmente, aos segmentos da sociedade que estão em situação de risco. Mencionou que o dia nacional de coleta é o “Domingo de Ramos” e que desse fundo diocesano, 60% da coleta vai para apoio em projetos de solidariedade, cria perspectivas comunitárias e tem apoio da caridade libertadora e organizações solidárias. Mencionou que algumas das idéias do texto base da Campanha 2004 estão muito ligadas ao que o Comitê, hoje, está tentando levar em discussão. Explicou que as ações são divididas em ver, agir e julgar. Mencionou que o texto base conhece os rios como ecossistemas e úteros da biodiversidade e que, mais que poluídos, eles estão sendo eliminados, considerando a agressão à água como agressão aos sentimentos simbólicos aos povos e às regiões. Esclareceu que o controle da água é entendido como um poder sobre todos aqueles que dela dependem, e esse poder não pode ficar na mão de qualquer um; por isso a água tem que ser entendida como um bem social e isso exige controle social sobre qualquer cristão que trate da questão da água. Mencionou que nessa perspectiva, a gestão da água tem que ser entendida como participativa, democrática, se utilizando dos recursos mais avançados da ciência e da tecnologia e tem que se pensar o uso múltiplo. Com relação ao uso múltiplo, mencionou que tem que ser pensado de uma forma democraticamente pactuada, com uma supervisão permanente sobre os órgãos de controle, pois se não tiver essa supervisão não se conseguirá evitar a escassez. Mencionou que o texto base diz que não há escassez, há na realidade problemas de gestão e gerenciamento de água e que a dimensão regional e local deve ser tratada no âmbito dos Comitês de Bacias, e aí cita especificamente o Comitê dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá como o mais antigo e mais bem sucedido no país, e retorna a questão da participação nos Comitês, da presença, não só da sociedade civil, dos usuários, do poder público, mas das comunidades tradicionais, que é o que está na lei nacional de recursos hídricos. Informou que a maioria dos Comitês não traz as comunidade tradicionais com o mesmo peso para dentro dos seus conselhos. Informou que o texto base da Campanha 2004 entende que a cobrança pelo uso da

água é um mecanismo de gerenciamento, se ele estabelecer preços diferenciados por tipo de uso. Informou que o texto ainda diz que, a água tem que ser entendida como um bem de domínio público e não como mercadoria, e o princípio poluidor pagador só se aplica como norma reguladora de uso, seja ela uma norma qualitativa ou quantitativa, senão, a água deixa de ser direito de todos. Mencionou que está no texto que nenhuma forma da privatização, seja de serviços, ou sobre a forma de transferência de outorgas, pode retirar a soberania do estado e da sociedade sobre qualquer corpo d’água no país. Mencionou que o princípio da Campanha é o desafio da água como uma questão universal que ascende fronteiras de religiões, que permite a continuidade da vida humana, vegetal e animal, e tem como princípio o cuidado, a solidariedade e a responsabilidade de todos. Relatou algumas propostas da Campanha, como a visita aos mananciais naturais e artificiais; o cuidado com as matas ciliares, porque elas são entendidas como áreas chaves de recarga de todas as bacias; captação de água de chuva como uma política nacional; aproveitamento das águas, tanto urbanas quanto rurais e o controle da qualidade da águas locais. Destacou quanto ao tipo de envolvimento: o apoio a fóruns de discussão para a questão da água; o apoio aos movimentos de resistência contra a privatização da água; o apoio aos atingidos por barragens; ampliação do debate sobre as águas no Fórum Mundial Social, e o acompanhamento das iniciativas do Parlamento Mundial das Águas, além de conhecer e acompanhar a formação e atuação nos Comitê de Bacias Hidrográficas. Informou que a Diocese de Campinas está trabalhando em parceria com a EMBRAPA Monitoramento Ambiental, que estão fazendo o mapa das bacias de cada paróquia, para explicar a cada comunidade o que é a bacia no seu entorno, quais são os seus problemas, e tentar trazer para o âmbito do que é o PCJ, o que significa, o que está discutindo no Comitê de Bacias. Mencionou que o Fundo Nacional de Solidariedade tem 4 grandes campos de atuação, definidos pela Campanha: 1) abastecimento e tratamento de água para consumo humano e para pequena produção familiar, podendo estar colocando dinheiro para: a construção de cisternas, caixas d’água; perfuração de poços; reservatórios subterrâneos de pequenos sistemas de armazenamento; distribuição de água para consumo humano e para pequena produção familiar e associativa; para a disseminação de tecnologia hídrica apropriada para pequena produção familiar associativa; a disseminação de tecnologias apropriadas e acesso a equipamentos para tratamento da água para consumo humano; para formação e capacitação de agentes multiplicadores para disseminação e orientação sobre o manejo apropriado de recursos hídricos para consumo humano e a pequena produção familiar. 2) para a gestão participativa dos recursos hídricos como mobilização e capacitação participativa dos excluídos, apoio à participação cidadã em comitês e fóruns; preservação e conservação de mananciais e de áreas degradadas próximas a nascentes e leitos. 3) saneamento, com a mobilização e



ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ (CBH-PCJ), DE 10/12/2003

capacitação cidadã para melhoria das condições de saneamento em áreas de moradia popular, implantação de equipamentos básicos de tratamento de esgoto e de águas servidas para evitar contaminação de água subterrânea, e tratamento apropriado e remoção de resíduos sólidos localizados próximos a mananciais hídricos e 4) programa de educação ambiental com foco no manejo apropriado da água, e a capacitação de educadores e agentes multiplicadores, bem como campanhas, mobilizações de jornais das comunitárias para a melhoria ambiental e recuperação de áreas degradadas. Mencionou que alguns desses programas vêm ao encontro ao que o próprio Comitê tem proposto já há algum tempo. **6. Informes da Secretaria Executiva:** com a palavra o sr. Luiz Roberto Moretti, agradeceu a apresentação feita sobre a Campanha da Fraternidade do ano 2004 e informou que o livro texto base da Campanha da Fraternidade está sendo vendido ao preço de R\$ 8,00, e quem desejar adquirir, estão disponíveis na entrada do salão. Informou que recebeu da Câmara Municipal de Americana a Moção 528/2003, proposta pelo vereador Ronald Antônio da Silva, congratulando o Comitê Paulista, CBH-PCJ, pelos 10 anos de existência. Informou que a semana de aniversário do Comitê PCJ foi realizada de 17 a 21 de novembro, em Piracicaba, com a participação de mais de 600 pessoas. Informou que nessa semana houve o “I Concurso de Trabalhos Universitários” organizado pela Câmara Técnica de Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias, como título “I Concurso sobre Atividades Aplicadas aos Recursos Hídricos nas Bacias PCJ”. Informou que vários trabalhos foram inscritos, alguns foram expostos durante a semana e, no processo de escolha e votação desse concurso, houve também a votação das pessoas que lá estiveram. Informou que foi realizada uma reunião na semana passada com o prof. Harold, coordenador da câmara técnica que organizou o Concurso, para apreciar o resultado do concurso. Anunciou que a vencedora foi a aluna Raquel de Souza Pompermayer, que apresentou o trabalho: “Gestão de recursos hídricos no âmbito do CBH-PCJ – Aplicação de análises, multicritérios e indicadores de sustentabilidade ambiental”. Esclareceu que, por conta da sua classificação, a Secretaria Executiva entrou em contato com a aluna Raquel e foi informada que ela está em Brasília, neste momento, e não pôde estar presente. Informou que está aqui, representando a aluna, o Prof. Durval, da UNICAMP, que foi chamado para receber o certificado pela 1ª colocação no I Concurso de atividades escolares realizado pela Câmara Técnica de Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias. Informou que todos os trabalhos estarão disponibilizados no site dos Comitês PCJ. Com a palavra o prof. Durval agradeceu a premiação da sua orientada, Raquel, e relatou o quão é importante para ele, após longa ausência de 4 anos, voltar a participar de uma reunião do Comitê PCJ estadual e agradeceu também ao sr. Oscar Cordeiro Neto, presidente da Associação Brasileira de Recursos Hídricos, que foi o co-orientador da Raquel neste trabalho, que é motivo de muito orgulho, pois é apenas uma simulação do uso de

uma técnica, que vai poder auxiliar a tomada de decisão, provavelmente, para estabelecimento de critérios de outorgas ou de distribuição de recursos, de prioridade de ações, esperando que tenha utilidade para o CBH-PCJ e outros Comitês do Brasil. **7. Apresentação sobre o PL/676/2000:** Com a palavra o sr. Cláudio Antônio de Mauro, que fez explanação sobre os últimos acontecimentos com relação ao andamento do PL/676/2000, lembrando do empenho do CBH-PCJ nesses últimos 5 anos com a política de mobilizar a sociedade sobre a importância de alavancar recursos financeiros, independente da instância, para atacar o quadro crítico em que se encontram os recursos hídricos das bacias PCJ, citando os vários seminários realizados nas várias partes da bacia. Ressaltou sobre a forma da cobrança, que deveria ter um caráter condominial e não ser mais um imposto para a sociedade pagar, devendo, o valor da cobrança, ser definido pelos usuários das bacias onde os recursos fossem arrecadados, sendo esse montante aplicado conforme planos e metas estabelecidos para a bacia de origem. Explicou o processo desejado pela Assembléia Legislativa, com o apoio do governo estadual, de “criar um verdadeiro imposto pelo uso da água”, referindo-se à mudança da proposta original do PL 676, onde 25% dos recursos arrecadados seriam destinados para o CRH, sendo que na proposta original destina-se 100% dos recursos arrecadados para aplicação integral na bacia de origem. Informou sobre a reunião realizada no final do mês de novembro de 2003, no Instituto de Engenharia, em São Paulo, onde todos os presidentes dos Comitês Paulistas presentes, “exceto” o do CBH-PCJ, apoiaram a proposta de transferência dos 25% dos recursos para o CRH, para serem alocados nas regiões que fossem consideradas mais deficitárias. Mencionou que, naquela ocasião, ressaltou a solidariedade do CBH-PCJ com as regiões menos favorecidas e deficientes economicamente, mas sugeriu como solução para o problema, que fossem criadas leis de incentivo ao desenvolvimento tecnológico, apoio financeiro e tecnológico do Estado, visando a sustentabilidade destas, e não a retenção de parte dos recursos da cobrança para tais propósitos. Frisou que nas bacias PCJ está se fazendo um “pacto” entre a sociedade, de um modo geral, que visa o rateio dos custos necessários para a melhoria das águas na nossa região. Completou informando que, se o PL 676/2000 for aprovado conforme o decidido na reunião do Instituto de Engenharia, as bacias PCJ seriam ainda mais injustiçadas, pois, além do confisco dos recursos da cobrança e do sacrifício vivido pela retirada de significativo volume de água do Sistema Cantareira, haverá um descrédito do Sistema Estadual de Recursos Hídricos por parte da sociedade civil e usuários destes recursos. Concluiu, ressaltando que o CBH-PCJ é o único Comitê resistente nesta questão e que, sendo essa a vontade dos seus membros, representantes dos mais variados segmentos, ratificada pelo plenário, a “resistência” será levada até as últimas instâncias para que o PL 676 seja aprovado, integralmente, na sua forma original. Com a palavra o sr. Eduardo Paschoalotti, representante da ÚNICA e Vice-presidente



**ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS
PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ (CBH-PCJ), DE 10/12/2003**

do CBH-PCJ e 1.º Vice-presidente do PCJ Federal, mencionou que, em Brasília, tem participado de uma série de discussões sobre a cobrança, e que o dinheiro todo que foi arrecadado na cobrança do Paraíba do Sul, foi contingenciado, nas contas da União, e dependem do orçamento da ANA. Mencionou que no Estado de São Paulo essas discussões, sobre a cobrança, estão ocorrendo a uns 4 ou 5 anos, que o PL já teve uma série de modificações, sugestões dos parlamentares e, até hoje, não foi aprovada por pura falta de vontade política do próprio governo. Parabenizou a atuação do nosso presidente e do pessoal do Consórcio PCJ que têm apoiado a posição do Comitê, e lembrou a todos que conhecem o assunto, que está mantida a posição sobre a cobrança, nas bacias PCJ, que prevê a cobrança somente com o retorno garantido de 100% dos recursos. Com a palavra o sr. Pilzio Di Lelli, Prefeito Municipal de Salto, considerou que os fatos ocorridos no Palácio dos Bandeirantes, realmente foram muito difíceis para os prefeitos que estavam lá. Mencionou que o assunto começou na base de 50% para os Comitês e 50% para o Governo. Informou que quando mencionou que a posição do PCJ era de retorno de 100%, acabaram assinando documento apoiando 75% para a bacia e 25% para o Estado. Mencionou que é uma vergonha para todos os partidos políticos, que pertencem à Assembléia Legislativa desse estado, sem distinção, continuar com a cobrança, sem votar. O Prefeito Pilzio se revoltou contra a manipulação absurda das razões políticas desse país, da falta de compromisso daqueles que foram eleitos e que não pensam naqueles que estão morrendo de fome. Ao final pediu desculpas ao presidente dos comitês pela sua exaltação. Com a palavra o sr. Cláudio de Mauro mencionou ao Prefeito Pilzio que compreendeu as circunstâncias em que houve a assinatura, no Palácio dos Bandeirantes, mas ratificou que o prefeito teve uma atitude muito digna e correta ao fazer a sua manifestação com tanta determinação, mostrando que não era aquela a posição do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá completou esclarecendo que este Comitê discutiu a cobrança pelo uso da água, exaustivamente realizando seminários pela bacia toda, tratando e discutindo o assunto e participando de reuniões na Assembléia. Esclareceu que o que aconteceu é que o Comitê definiu uma posição e ratificou essa posição, no dia 22 de maio de 2003, por meio de uma moção, que foi a Moção nº 2 de 2003, encaminhada ao Presidente da República, ao Ministro da Casa Civil da Presidência da República, à Ministra Marina Silva e aos excelentíssimos senhores governadores dos estados de Minas Gerais e São Paulo, de apoio à cobrança pelo uso da água, com a ressalva de que o referido programa somente será implantado no âmbito do Comitê signatário, quando estes se sentirem seguros que os recursos correspondentes serão aplicados nas próprias bacias onde forem arrecadados, o que deve ser garantido pela manifestação formal e expressa dos governos federal e estaduais, condição primordial para a implantação da cobrança. Com a palavra o sr. Rui Brasil Assis, representante da Secretaria de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento, mencionou que a implantação

da cobrança é o assunto de maior importância para o país, na questão de recursos hídricos. Destacou que a política de recursos hídricos, tanto a nível nacional, como do Estado de São Paulo, e de outras unidades da federação, tem na cobrança pelo uso da água, um dos seus instrumentos mais poderosos. Mencionou que caso não se tenha a cobrança, será preciso repensar a política de recursos hídricos. Fez duas colocações e uma proposta de encaminhamento sobre o assunto. Primeiramente, registrou a transparência e fidelidade com que o presidente se portou nesse processo e que o presidente fez uma carta onde ele presta contas do que ele vinha fazendo. Ressaltou que esse assunto, como todos que têm sido discutidos aqui, devem ser tratados com bastante serenidade e calma para que se possa manter o bom nível da reunião, para se conseguir realizar as metas que estão previstas na política de recursos hídricos. Mencionou que a questão da cobrança não é a única forma de resolvermos os problemas e os investimentos necessários e que ela não foi concebida para isso. Mencionou a importância do convencimento de que a cobrança é importante para o setor de recursos hídricos, para que se mantenha o nosso sistema e ele possa atingir o seu objetivo quanto ao desenvolvimento sustentável e uso racional da água. Propôs, face ao desconhecimento de algumas áreas de governo, pautar uma discussão no Conselho Estadual de Recursos Hídricos, que conta com a representação das demais regiões do estado e onde participam 11 secretários de estado ou seus representantes. Com a palavra o sr. José Machado, Prefeito de Piracicaba, comentou que a proposta do sr. Rui Brasil é uma proposta coerente com a trajetória desta região, deste Comitê, insistindo que a cobrança tenha um papel relevante e estratégico para o sistema de gestão de recursos hídricos e que não pode ser considerado um mecanismo de financiamento para o estado. Mencionou que acha um erro pensar que a cobrança irá resolver os nossos problemas de financiamento, por isso apoiou a proposta de se levar a discussão até o Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Com a palavra o sr. Cláudio de Mauro informou que a proposta seria de levar a discussão no Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CRH e concomitante, se levar essa mesma proposição à Presidência da Assembléia Legislativa, ratificando a nossa posição manifestada por meio das moções que já foram aprovadas na plenária passada. Com a palavra o sr. Petrus B. Well, da Prefeitura Municipal de Holambra, propôs realizar um pequeno “teatrinho”, e solicitou a participação de outras 2 pessoas. Relatou que o problema água de ano em ano vem se agravando. Mencionou que se defendem muitas idéias para se ter uma solução para este problema, e que uma delas é juntar dinheiro. Explicou o que os seus 2 colegas estarão fazendo. Solicitou que cada pessoa da mesa, que acha que tem necessidade de juntar dinheiro para solucionar o grande problema da água, coloque uma moedinha dentro da pasta dos seus 2 colegas. Informou que a representação é para simbolizar todo o trabalho que foi feito há muitos anos pelo Consórcio e pelo Comitê. Verificou-se, após coleta, que muitas pessoas



ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ (CBH-PCJ), DE 10/12/2003

colaboraram espontaneamente. Informou, então, que tem-se a opção de usar esse dinheiro todo coletado, para tentar resolver o nosso problema da água ou podemos separar um pouco para o estado e com o resto tentar resolver o problema. Mencionou que pode-se, ainda, mostrar para o estado que o dinheiro foi, voluntariamente, coletado pela população, e em contrapartida ele deve oferecer dinheiro, espontaneamente, para resolver um problema que é do estado todo, e não só da região. Ao final da apresentação todos aplaudiram. O sr. Rui Brasil mencionou que fez uma proposta e a mesa agregou outras propostas e que o plenário deveria propugnar pelas diretrizes e pontos que vieram discutidos até agora, mas considera que não seria bom se aprovasse proposta de 100% fixos para a bacia. O sr. Cláudio de Mauro, esclareceu que tem duas posições diferentes: a proposta do sr. Rui, que diz para se levar a discussão ao CRH, com liberdade, abrindo-se mão da posição construída historicamente, 100% na bacia. Já a proposta do sr. José Machado é de se discutir com a Assembléia Legislativa e com o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, mas com a posição historicamente construída, mantendo a posição do Comitê de 100% dos recursos na bacia. Colocadas em votação as propostas apresentadas, foi aprovada a proposta apresentada pelo prefeito Machado, que deve ser sustentada a posição do Comitê, 100% dos recursos arrecadados ficando na bacia, com 47 votos favoráveis e 6 contrários. Informou que será feito o encaminhamento de solicitação ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos para que o assunto seja pautado e tratado especificamente e da mesma forma junto à Assembléia Legislativa. **8. Leitura e Aprovação da Ata 15ª Reunião Extraordinária:** O presidente do CBH-PCJ, sr. Cláudio de Mauro, com a palavra, passou a tratar do item da pauta referente à leitura e aprovação da Ata da 15ª Reunião Extraordinária do CBH-PCJ, realizada em Rio Claro, no dia 22/05/03. Dispensou-se a leitura da ata por ter sido encaminhada anteriormente. O sr. Wilde, representante da ANA, fez destaque na minuta da Ata da 15ª Reunião Ordinária do CBH-PCJ, que coincide com a Ata da 1ª Reunião Extraordinária do PCJ FEDERAL, na 3ª folha, na 3ª linha, da coluna da esquerda, no que se refere à sua apresentação na referida reunião, "... e à terceira é relativa a proposta de rede única do sistema de monitoramento quali-quantitativo...". Esclareceu que a exposição que ele fez foi no sentido de se fazer a integração das redes do sistema de monitoramento e não a de construção de uma rede única. Então solicitou a devida correção para "...Integração das redes do sistema..." e depois "...GT-MH para que o estabelecimento desta rede seja operada..." ao invés de "... rede única seja operada ...". O sr. James Landmann, do Sindicato Rural de Indaiatuba, solicitou correção no item 8.5, na linha 85, onde diz aclamação, o correto é votação, ficando assim: "Após o término da assembléia das entidades da sociedade civil, seu presidente Cláudio Antônio de Mauro retomou o trabalho nessa reunião anunciando que foi indicado por votação do segmento representado". Sem outras manifestações foi colocada

em votação a minuta da Ata da 15ª Reunião Ordinária do CBH-PCJ com as alterações propostas, pelos representantes da ANA e do Sindicato Rural de Indaiatuba, sendo aprovada por unanimidade. **9. Assuntos a deliberar CBH-PCJ: 9.1. Alteração da composição do segmento Estado no Plenário do CBH-PCJ – Minuta de Deliberação CBH-PCJ/143/2003:** O sr. Moretti informou que na composição do segmento Estado existe uma vaga da Secretaria de Energia, que não existe mais enquanto Secretaria de Energia e outra vaga para Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras. Esclareceu que a Secretaria de Energia foi extinta e incorporada à Secretaria de Recursos Hídricos, que passou a se chamar Secretaria de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento. Assim, ficou uma vaga em aberto, no segmento Estado, no Comitê Estadual. Informou que foi realizada uma reunião na Secretaria Executiva do CBH-PCJ onde os membros do segmento Estado se reuniram e discutiram essa questão, propondo o convite à Polícia Ambiental da região para que fizesse parte como membro do plenário do Comitê Estadual. Informou que foi feito o contato com a Polícia Ambiental, foram trocados ofícios e houve uma manifestação favorável da mesma para participação. Outra adequação necessária foi quanto aos nomes de algumas Secretarias, que na reformulação que houve na estrutura do governo, sofreram mudanças. Esclareceu que a proposta é que no item "n", se indica a Secretaria de Estado de Segurança Pública /4ª Companhia de Polícia Ambiental, ou seja, o inverso do que está apresentado na minuta. Relacionou as demais secretarias que compõem o CBH-PCJ: Agricultura e Abastecimento; Assistência e Desenvolvimento Social; Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo; Educação; Fazenda; Juventude, Esportes e Lazer; Economia e Planejamento; Energia, Recursos Hídricos e Saneamento; Meio Ambiente; Transportes; Saúde; no item "l", foi solicitada a correção de um erro de digitação, onde o correto é Secretaria de Estado da Saúde. Continuando, Companhia de Desenvolvimento Agrícola – CODASP; SABESP; CETESB; DAEE e Fundação Florestal. Sem manifestações do Plenário, foi colocada em votação a minuta de Deliberação CBH-PCJ 143/2003, com as alterações e a inclusão propostas, sendo a mesma aprovada por unanimidade. **9.2. Definição de cronograma, critérios gerais e específicos para a hierarquização de projetos para o obtenção de financiamentos com recursos do FEHIDRO no exercício 2004 – Minuta de Deliberação CBH-PCJ/144/2003:** O sr. Cláudio de Mauro informou que o próximo ano é um ano eleitoral e quem não estiver com a documentação em ordem, vai ter problema para ter acesso ao dinheiro do FEHIDRO porque existem prazos para esses procedimentos. Com a palavra o sr. Moretti apresentou as principais alterações feitas nos critérios gerais e específicos de hierarquização de empreendimentos junto ao FEHIDRO/2004, em relação aos anos anteriores, informando que o assunto foi discutido em várias reuniões da Câmara Técnica de Planejamento.



**ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS
PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ (CBH-PCJ), DE 10/12/2003**

Mencionou que o cronograma de atividades está muito mais apertado do que o do ano passado, devendo-se assinar contratos até o início de julho de 2004, face ao período eleitoral. Mencionou que a data da reunião do CBH-PCJ para a indicação ao FEHIDRO, dos empreendimentos, está prevista para 30 de abril e, até 30 de junho, para os agentes técnicos, DAEE e CETESB, fazerem as suas manifestações e encaminharem pareceres para a assinatura dos contratos. Mencionou que os programas que serão contemplados são os mesmos dos últimos 2 anos, e constam do artigo 2º da Deliberação. Informou que foram mantidos os mesmos critérios de distribuição, ou seja, 60% dos recursos para tratamento de esgotos e 40% para os demais programas. Informou que foi colocada uma limitação, conforme parágrafo único do artigo 5º, que diz que o montante de recursos do FEHIDRO alocado para empreendimentos de caráter regional, será de 20% do total disponível para o CBH-PCJ. Mencionou que outra proposta é de se aumentar, no artigo 3º, no item “a”, o recurso máximo somente para projetos de Estação de Tratamento de Esgotos, para R\$ 120.000,00 e os outros projetos e estudos o limite permanece de até R\$ 80.000,00, como valor global máximo. Informou que o valor para obras permaneceu o de anos anteriores, de valor global máximo de R\$ 500.000,00. Esclareceu que ficaram mantidos os critérios para empreendimentos de caráter regional, devendo atender os 3 requisitos: a) somente serem empreendimentos de planejamento e capacitação; b) abranger uma sub-bacia hidrográfica, pré-definida em deliberação, e c) ter uma manifestação favorável de apoio, para ser de caráter regional, de pelo menos uma Câmara Técnica do Comitê. A questão da pontuação, constante do Anexo I, foi mantida a dos anos anteriores, não havendo outra proposta de alterar a pontuação. Informou que permanece a questão do Consórcio e da SABESP poderem indicar até 3 empreendimentos, desde que não seja para o mesmo município. Exemplificou dizendo que se forem 3 empreendimentos no mesmo município, eles terão que escolher por 1 e se forem 3 empreendimentos em 3 municípios diferentes, os 3 poderão ser hierarquizados. Com a palavra o sr. Rui Brasil mencionou que este Comitê é um dos primeiros a fazer as indicações, mas como já foi alertado quanto aos prazos, preocupou-se pois com os prazos estabelecidos na minuta de deliberação, serão gastos quase 4 meses com o processo de inscrição e, depois para análise e outros procedimentos até a assinatura de contrato, somente 3 meses. Solicitou a revisão dos prazos no sentido de se encurtar os prazos do processo de inscrição e estender mais os prazos da análise até a assinatura dos contratos. Informou que haverá uma reunião do COFEHIDRO, no dia 15 de janeiro, para a distribuição dos recursos aos Comitês e para propor, ao governador, uma minuta de decreto para a inclusão de mais 4 agentes técnicos, além do DAEE e CETESB, ou seja: Fundação Florestal, Coordenadoria de Planejamento e Educação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente, o IPT, e a Secretaria da Agricultura. Com a palavra o sr. Moretti fez a seguinte proposta, com base na solicitação do sr. Rui

Brasil: no item “f”, ficaria para o dia 16/04/2004, a realização de uma Reunião Extraordinária do Plenário, em vez de 30/04/2004 e o item “g”, ficaria dia 23/04/2004 para entrega de mais uma cópia da documentação, em vez de 07/05/2004. Sem outras manifestações foi colocada em votação a minuta de Deliberação 144/2003, com as alterações de datas propostas e incluindo o anexo I, sendo aprovados por unanimidade. **10. Deliberação conjunta dos Comitês PCJ: Composição do grupo de trabalho sobre a renovação da outorga do Sistema Cantareira (GT-Cantareira) – Minuta de Deliberação conjunta dos Comitês PCJ .º 006/03:** O sr. Cláudio de Mauro informou que o Sistema Cantareira tem sua outorga que vencerá em agosto de 2004. Mencionou esta deliberação é para constituir um grupo de trabalho para estudar o assunto. Com a palavra o sr. Moretti informou que a Câmara Técnica de Planejamento está tratando do assunto, pois houve uma proposta de criação de um grupo de trabalho para discussão da renovação da outorga da SABESP para operação do Sistema Cantareira. Informou que a outorga é datada de 5 de agosto de 1974, autorizando a derivar 33 m³/s das águas provenientes dos rios Jaguari, Cachoeira e Juqueri, sendo da bacia do Piracicaba 31 m³/s e 2 m³/s do rio Juqueri, manancial do Alto Tietê, com validade por 30 anos. Informou que esse grupo vai promover as discussões, organizar, e fazer síntese de documentos, distribuir documentos e promover debates. Depois, o assunto passará pela CT-PL, de onde sairá uma proposta ao plenário. Mencionou que a duração desse Grupo é até a publicação da portaria, da nova outorga. Mencionou que a proposta da CT-PL é que esse grupo seja composto por um representante de órgão/entidade do governo federal; um do governo estadual de São Paulo; um do governo estadual de Minas Gerais; um representante dos municípios; três representantes dos usuários das águas, sendo um do setor abastecimento público, um do setor agrícola e um do setor industrial; dois representantes das organizações civis; um representante da SABESP e o Presidente ou o Secretário-executivo, fazendo parte dessa organização e coordenação dos trabalhos, que ficará a cargo do plenário decidir. Com a palavra o sr. Wilde Cardoso Gontijo Jr., da ANA, fez duas colocações, sendo uma com relação aos considerandos, que no protocolo de intenções que foi assinado na Secretaria, faltou citar o Comitê do Alto Tietê, importante interveriente nessa discussão e que não está contemplado na redação. Sugeriu que se insira um inciso 4º no parágrafo 1º, que remeta a discussão ao processo de elaboração do Plano de Bacias, e que esse grupo técnico promova essas discussões com a empresa que vai ser contratada. Informou que, com relação à composição proposta pela CT-PL, foram feitas algumas articulações internas da ANA, com as várias superintendências e a Superintendência de Usos Múltiplos, que tem como uma das atribuições a operação de reservatórios, se manifestou interessada em participar da discussão desse assunto. Informou que, da mesma forma, a Superintendência de Planejamento, que têm



ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ (CBH-PCJ), DE 10/12/2003

acompanhado a elaboração do Plano, e, mais diretamente, a Superintendência de Outorga e Cobrança, que vai ser, em última instância, a que vai analisar o pedido de renovação de outorga por parte da SABESP e emitirá, juntamente com o DAEE, o seu parecer sobre a renovação dessa outorga. Solicitou que a ANA fosse convidada a assessorar tecnicamente as discussões do GT-Cantareira e também que fosse convidada pelo CBH-PCJ para acompanhar o grupo de coordenação e acompanhamento que está discutindo as questões relativas ao Protocolo de Intenções com o CBH-AT e a SERHS. Apresentou sugestão de redação que foi encaminhada à mesa dirigente: “..a Agência Nacional de Águas e o DAEE serão convidados a dar o suporte técnico necessário às demandas das reuniões do GT-Cantareira e aos representantes do CBH-PCJ no grupo de coordenação e acompanhamento criado pelo Protocolo de Intenções citado nos considerandos”. Com a palavra o sr. Luiz Carlos Bergamin, Prefeito de Extrema – MG, reivindicou uma vaga para os municípios de Minas Gerais, assim como tem um representante dos municípios de São Paulo. Houve várias manifestações de interesse de participação dos senhores Francisco Antônio Moschini, do Instituto de Estudos Vale do Tietê; Sérgio Razera, do Consórcio PCJ; Nelson Torres, da Cooperativa dos Produtores do Polo Hidroviário Industrial, Agrícola e Turístico do Vale do Rio Piracicaba; Rui Brasil Assis, da Secretaria de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento, Roberto Polga, do CIESP/ Jundiaí, José Augusto Barros Seydell, da Prefeitura Municipal de Piracicaba, Adriana Iseburg, da ASSEMAE/ Campinas; Francisco Lahóz, do Consórcio PCJ; Petrus B. Well, da Prefeitura de Holambra e James Landmann, do Sindicato Rural de Indaiatuba. Após discussões e entendimentos o sr. Cláudio Antonio de Mauro informou os representantes que se inscreveram para participar do GT-Cantareira, para que a Deliberação seja aprovada pelo Plenário: a indicação do representante do Governo Federal será feita por consulta, em Brasília, aos Ministérios que participam dos Comitês PCJ; o representante do Governo do Estado de São Paulo será a Secretaria de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento; o Governo de Minas Gerais será representado pelo IGAM; representando os municípios paulistas, a Prefeitura Municipal de Piracicaba; os municípios mineiros será representado pela Prefeitura de Extrema; o setor de abastecimento público, será representado pela Assemae/ Campinas; o setor Indústria, pelo CIESP-Jundiaí e o

50 setor agrícola pelo Sindicato Rural de Campinas; as duas entidades da sociedade civil são a SORIDEMA e o Fórum das Entidades da Sociedade Civil e o coordenador será o presidente dos Comitês PCJ, com o apoio do vice-presidente. Sem outras manifestações foi colocada em votação a minuta de Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ/ 006/2003, sendo aprovada por unanimidade, com as indicações feitas e lidas pelo Sr. Presidente. **11. Outros assuntos: 11.1. Programa de Gestão Municipal dos Recursos Hídricos:** Com a palavra o sr. James Landmann, do Sindicato Rural de Indaiatuba, informou que houve uma reunião do setor agrícola, em Campinas, onde se manifestaram vários sindicatos, sobre a lei municipal de gestão de recursos hídricos. Foi feita uma consulta a FAESP, e o jurista, Dr. Luiz Carlos Silva de Moraes, advogado da União e procurador da Fazenda Nacional, forneceu um relatório sobre o assunto, mostrando o que pode o município estar fazendo e o que não pode, em relação ao referido Programa. Solicitou que o mesmo seja divulgado para os membros da ANA e aos membros do Comitê, das câmaras municipais e prefeituras que aderiram ao programa, ao público em geral, imprensa, e colocado no site do PCJ. Mencionou que o parecer é sobre a legitimidade do que pode fazer o município naquele projeto de lei sobre a gestão dos recursos hídricos. O sr. Cláudio Antonio de Mauro, informou que será encaminhado ao CEPAM para manifestação daquela entidade. E que o mesmo será disponibilizado a todos no site do Comitê. **11.2. COFEHIDRO:** Com a palavra o sr. Rui Brasil Assis, reforçou aos possíveis candidatos a tomadores de recursos do FEHIDRO que a reunião do COFEHIDRO, de 15 de janeiro, deverá estabelecer o prazo, entre a deliberação do Comitê e o envio da documento para início de análise, e também informou que há uma mudança no fluxo em relação aos anos anteriores, ao invés do Comitê decidir qual é o Agente Técnico, quem decidirá será a Secretaria do Fundo, que será bastante rigorosa quanto à documentação que for encaminhada, a fim de evitar que o Agente Técnico não perca tempo analisando pedidos que não têm a documentação adequada. Mencionou que a responsabilidade é do tomador em cumprir o Manual de Procedimentos. **12. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente, Cláudio de Mauro, agradeceu a presença de todos e passou a palavra para o prefeito de Extrema que agradeceu a todos pela belíssima reunião e desejou um feliz natal e um próspero ano novo e deu por encerrada a reunião.

Luiz Roberto Moretti
Secretário-executivo

Eduardo Lovo Paschoalotti
Vice-presidente

Cláudio Antônio de Mauro
Presidente